

# A IGREJA ENTRE A INCULTURAÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO

*Prof. Dr. Pe. Mário de França Miranda SJ\**

**Resumo:** O objetivo deste texto é examinar esta questão numa *perspectiva eclesiológica*. Deste modo deveremos estudar o que significa a inculturação da Igreja num determinado contexto, o que a mantém em comunhão com as demais Igrejas, para que não se torne uma Igreja meramente nacional isolada das outras. Neste caso será necessário mostrar como a diversidade das Igrejas Locais não só não rompe a unidade da única Igreja Católica, mas, pelo contrário, a enriquece. Esta questão pode e deve ser examinada numa ótica teológica e numa perspectiva cultural. A teologia, no caso a eclesiologia, deverá estudar o problema da pluralidade de Igrejas Locais numa única Igreja Universal.

**Palavras-chave:** Inculturação, Cultura, Igreja universal, Igreja Local

**Abstract:** The purpose of this text is to examine this matter in an *ecclesiological perspective*. In this way we'll must study what signifies Church inculturation in certain context, what maintains her in communion with the other Churches, in order to not become merely national Church, retired from the others. In this case, it'll be necessary to show how the diversity of Local Churches not only doesn't break the unity of the only Catholic Church but, on the contrary, enriches her. This matter can and must be examined in a theologic sight and in a cultural perspective. Theology, in case Ecclesiology, must study the problem of plurality of Local Churches in an only Universal Church.

**Key-words:** Inculturation, Culture, Universal Church, Local Church.

## Introdução

A estreita relação entre fé e cultura que marcou o cristianismo desde os seus inícios deixou de ser nos últimos anos apenas uma realidade vivida para se tornar também um tema de reflexão. Já podemos percebê-lo em textos do Concílio Vaticano II (*UR* 14; *AG* 10; 22), na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (63) e no *Documento de Puebla* (385-443). Contudo, sem dúvida alguma, o pontificado de João Paulo II foi decisivo para esta mudança. Em suas freqüentes viagens pelo mundo sempre insistia no respeito e no apreço às culturas locais que deveria ter a Igreja. Seus pronunciamentos eram claros e incisivos, sobretudo na

primeira metade de seu pontificado. Podemos resumi-los numa formulação que é de sua autoria e que teve bastante sucesso: “uma fé que não se torna cultura é uma fé que não foi plenamente recebida, não inteiramente pensada, não fielmente vivida”.<sup>1</sup> Também a Encíclica *Redemptoris Missio* (53) apresenta já uma breve e madura síntese do tema.

Entretanto a reflexão teológica se depara hoje com o fenômeno da *globalização* que não se constitui apenas de componentes econômicos, mas que traz em seu bojo igualmente elementos culturais, que se fazem presentes e atuantes nos mais escondidos rincões do planeta, questionando as culturas nativas e exigindo que a Igreja repense a articulação até então vigente de cultura e fé. Naturalmente trata-se de um desafio altamente complexo. Primeiramente por se encontrar ainda em curso, por ser um processo ainda inacabado. Também por acontecer bastante diversamente nas várias partes do mundo. E, sobretudo, por ser em si próprio profundamente *ambíguo*, já que a globalização cultural abriga tanto elementos positivos como negativos, nem sempre facilmente discerníveis. O que nos parece evidente, antes mesmo de estudos mais completos, é o fato de que a ação missionária da Igreja que sempre se entendeu como universal, não poderá simplesmente dispensar a mediação de uma cultura globalizada, mesmo que caracterizada pela ambigüidade e em dependência constante do poder econômico.

O objetivo deste texto é mais limitado e, portanto, mais modesto. Escolhemos examinar esta questão numa *perspectiva eclesiológica*. Deste modo deveremos estudar o que significa a inculturação da Igreja num determinado contexto, o que a mantém em comunhão com as demais Igrejas, para que não se torne uma Igreja meramente nacional isolada das outras. Neste caso será necessário mostrar como a diversidade das Igrejas Locais não só não rompe a unidade da única Igreja Católica, mas, pelo contrário, a enriquece. Esta questão pode e deve ser examinada numa ótica teológica e numa perspectiva cultural. A teologia, no caso a eclesiologia, deverá estudar o problema da pluralidade de Igrejas Locais numa única Igreja Universal.

Já a abordagem antropológica entendida bem amplamente, deverá se dedicar a uma tarefa não menos laboriosa. É possível na diversidade das culturas locais verificar elementos comuns que possibilitem primeiramente o diálogo entre as mesmas e, conseqüentemente, o diálogo da fé localmente inculturada com a mesma fé diversamente

---

<sup>1</sup> *Documentation Catholique* n. 1900 (21 | 07 | 1985) p. 724.

inculturada em outros contextos socioculturais? Os valores ocidentais presentes na cultura globalizada, enquanto provenientes de raízes cristãs, deveriam ser acolhidos pelas culturas locais? Um tal procedimento não destruiria as culturas nativas e, conseqüentemente o que há de próprio nas Igrejas Locais, transformando em uniformidade a unidade da Igreja Católica?

As respostas a tais perguntas serão decisivas para o futuro da Igreja. Como veremos mais adiante, esta nunca deixou de se institucionalizar *também* a partir das estruturas encontradas na sociedade. Pois sua realidade concreta implica além de suas características propriamente teológicas, também instituições que encarnam as mesmas em cada época dando-lhes uma configuração própria, mantida sua identidade de fundo. Em nossos dias assistimos a uma ênfase consciente das culturas e etnias nativas, que não deixam de ter repercussões sociais e políticas. Mas simultaneamente vemos a tendência para que países de uma mesma região se aglomerem econômica e inevitavelmente politicamente em blocos que mudam o mapa tradicional do globo terrestre. E ainda devemos acrescentar a cultura globalizada que invade tanto os redutos do Local como do Regional.

Naturalmente não poderemos tratar esta questão em toda a sua complexidade. Mesmo limitando a problemática fé e cultura para a área eclesiológica são muitas as questões que daí surgem, bem como são plurais as abordagens das mesmas. A preocupação profunda que motivou este estudo é bastante simples. Sempre foi assim, mas hoje mais do que nunca, a fé do cristão depende muito de uma *comunidade de fé*. A atual sociedade pluralista, secularizada, fragmentada constitui um desafio superior às suas forças e à sua formação religiosa. Sua fé em Jesus Cristo será iluminada, fortalecida, amparada e desenvolvida no interior da comunidade eclesial. Mas esta Igreja inevitavelmente Local, por um lado, deverá ser a Igreja de Jesus Cristo, idêntica e em comunhão com as demais Igrejas Locais, constituindo a Igreja Universal. Por outro lado, ela como Igreja Local deverá estar inserida num determinado contexto sociocultural com linguagens, práticas e modos de vida próprios, que são afinal as linguagens, práticas e modos de vida de seus membros. Só assim será ela captada como instituição realmente salvífica e pertinente para seus membros.

A fidelidade da Igreja a seu contexto sociocultural é um *imperativo* que decorre de sua própria realidade como sacramento da salvação de Jesus Cristo. No cristianismo o institucional está a serviço do salvífico,

que é seu objetivo sem mais. A configuração local ou regional da Igreja não brota, portanto, de oportunismos pastorais ou de modas teológicas. Como não podemos separar cristologia de soteriologia também não podemos desvincular a eclesiologia da soteriologia. A Igreja só tem sentido em função do Reino de Deus. E a realização do Reino em certas épocas pode trazer exigências para a própria Igreja. Sua identidade permanece, mas sua configuração institucional pode mudar e mudou no curso dos séculos.

Naturalmente há uma série de importantes temas teológicos, intimamente conexos com o nosso estudo, e que não serão diretamente examinados. Poderíamos enumerar alguns como o ministério petrino, a colegialidade episcopal, as conferências episcopais, os sínodos romanos ou regionais, etc. Não negamos que nosso estudo interage inevitavelmente com eles, mas examinar esta interação ultrapassa nosso objetivo. Vamos lidar com dados históricos, teológicos e culturais que deverão ser respeitados. Este fato dificulta sobremaneira a estruturação deste texto, já que não podemos separá-los. A opção que fizemos não é a única, mas nos pareceu a mais viável. Veremos numa primeira parte a Igreja Local como uma Igreja inculturada. Em seguida numa perspectiva mais teológica examinaremos a relação da Igreja Local com a Igreja Universal concretizada na noção de “comunhão”. Numa última parte estudaremos as conseqüências da globalização cultural para a própria catolicidade da Igreja, bem como para sua configuração futura.

## **I. A Igreja Local como Igreja Inculturada**

### **1. A necessidade de uma fé inculturada**

O tema da inculturação da fé, embora bastante difundido em nossos dias, não constitui mais um tema de moda, destinado a desaparecer no correr dos anos. Basta que examinemos o que significam propriamente os termos “fé” e “cultura”. Começemos pela fé, que aqui aparece como o que deve ser inculturado. Poderíamos também substituí-la pelos termos “Evangelho”, “revelação”, ou mesmo “Palavra de Deus”. O que todos têm em comum é o fato de que resultam todos eles da *iniciativa salvífica de Deus*, são realidades que têm em Deus a causa primordial de sua existência. Não são, portanto, produções meramente humanas. Resultam, isto sim, do que a teologia caracteriza como a autocomunicação divina. Deste modo, a fé é sempre *resposta* a um gesto prévio de Deus, sem o qual ela não existiria. Esta iniciativa divina, por ser

estritamente divina, jamais poderá ser acessível diretamente ao ser humano<sup>2</sup>.

Por outro lado, a autocomunicação de Deus só chega à sua meta na medida em que é acolhida pelo ser humano. De fato, sem a fé os feitos históricos de Deus em favor de seu povo estariam mudos, a proclamação evangélica seria palavra humana e a verdade última sobre Jesus Cristo nos seria desconhecida. Pois o evento salvífico de Deus só é tal, na medida em que é acolhido pelo ser humano. Só temos propriamente “Evangelho”, “revelação” ou “Palavra de Deus” no interior da resposta de fé, ela mesma fruto da ação de Deus em nós. Portanto, o acolhimento na fé é parte constitutiva da realidade da revelação de Deus.

Aqui entra o segundo termo a ser examinado. Entendemos *cultura* em seu sentido antropológico (GS 53), como o conjunto de sentidos, valores e padrões assumidos e vividos por um grupo social concreto como expressão de sua própria realidade humana<sup>3</sup>. É a cultura que faz do ser humano um ser humano. Através dela ele se conhece como tal e entende a realidade que o circunda, organiza sua vida social e profissional, goza de uma linguagem para se expressar e de um *ethos* para agir. A cultura se encontra não só nas representações, mas ainda e principalmente nas próprias ações de um grupo social. A assim chamada *cultura-ação*, que se distingue da *cultura-representação*, é a que se encontra embutida no comportamento social de um grupo. Só assim é a cultura uma realidade viva<sup>4</sup>. O ser humano não é apenas um conhecedor, mas um ator de cultura.

Enquanto a cultura procura responder aos desafios postos ao ser humano pela realidade que o envolve e pela situação em que se encontra, ela está sujeita a transformações provenientes das mudanças efetuadas em seu contexto social (GS 54). Trata-se, portanto, não de uma grandeza estática, mas de um *processo vivo* em contínua re-elaboração. Daí sobreviverem os padrões culturais na medida em que persistirem as situações nas quais nasceram. A leitura antropológica de cultura nos leva a uma pluralidade de culturas e não explica a base comum de onde surgiram todas elas. A filosofia nos aponta então o ser humano como aquele que produz cultura (no singular). Como ser-no-mundo o homem

---

<sup>2</sup> O.H. PESCH, “Das Wort Gottes als objektives Prinzip der theologischen Erkenntnis”, in *Handbuch der Fundamentaltheologie IV*, Tübingen, 2000, p. 41.

<sup>3</sup> M. AZEVEDO, *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da fé*, São Paulo, 1986, p. 336.

<sup>4</sup> E.R. DURHAM, “A dinâmica cultural na sociedade moderna”, *Ensaio de Opinião* n. 4 (1977) p. 2.

só se realiza por meio do mundo, humanizando o mundo. Este processo é a cultura. No fundo é o próprio homem (ou comunidade humana) que se expressa no mundo, dando-lhe significação e finalidade<sup>5</sup>. Esta noção filosófica de cultura se encontra subjacente às culturas plurais estudadas pela antropologia.

Aqui podemos retomar o que afirmamos anteriormente. Só existe revelação enquanto acolhida na fé. Porém quem acolhe esta ação salvífica de Deus é o ser humano sempre imerso numa cultura concreta. Ao experimentar, entender e acolher a autocomunicação divina o ser humano necessariamente estará fazendo-o a partir de sua cultura própria. Só assim podemos encontrar a Palavra de Deus ou o Evangelho, a saber, já inculturados. Toda a revelação é revelação inculturada, toda fé jamais é pura fé, mas uma fé entendida e vivida no interior de um contexto sociocultural concreto. A fé em sua realidade objetiva (*fides quae*) significa o que se pode exprimir da autocomunicação salvífica de Deus. Sem ser a própria ação divina é, contudo, sua mediação e onde tal ação se manifesta ou se revela (GS 58). A expressão inculturação da fé deveria ser assim corrigida. Trata-se mais precisamente de uma “interculturação da fé”, a saber, da fé já no interior de uma cultura que deve ser captada e vivida em outra cultura<sup>6</sup>. Aqui há inevitavelmente um encontro de culturas, o qual deverá nos ocupar mais adiante.

## **2. A comunidade eclesial como agente inculturador da fé**

Quando procuramos caracterizar o que constitui propriamente a Igreja como grupo social específico apontamos determinados componentes teológicos, como o prévio chamado de Deus, a proclamação do Evangelho, a resposta da fé, a celebração sacramental desta fé, sobretudo no batismo e na eucaristia, o ministério apostólico. São eles que geram uma comunidade peculiar conhecida como Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito Santo, onde quer que se realize na história. Trata-se de uma compreensão correta da Igreja vista *a partir de Deus*. Podemos imaginá-la, contudo, como uma realidade já constituída, que posteriormente se encarnaria em variados contextos socioculturais, à semelhança de uma forma que se realizaria num substrato material. Esta visão deve ser corrigida. Mesmo reconhecendo que a iniciativa é de Deus, não haveria Igreja sem a resposta humana através da fé, que aparece

---

<sup>5</sup> A. ROEST CROLLIUS, “Inculturation and the Meaning of Culture”, *Gregorianum* 61 (1980) p. 253-274.

<sup>6</sup> J. RATZINGER, “Le Christ, la foi et le défi des cultures”, *Documentation Catholique* n. 2120 (1995) p. 701-703.

assim como o fundamento da comunidade eclesial, fato já observado por Santo Tomás de Aquino<sup>7</sup>. A Igreja é esta resposta em chave social, pois onde o Evangelho não é acolhido como tal, não surge de modo algum Igreja<sup>8</sup>.

Enquanto *comunidade humana* que responde na fé à iniciativa de Deus em Jesus Cristo a Igreja está sujeita aos imperativos e leis de qualquer grupo humano que pretenda se constituir como comunidade. Deste modo podemos mesmo apontar numa comunidade a presença conjunta de quatro componentes estreitamente relacionados entre si, e que devem ser comuns a todos os seus membros. Primeiramente uma *experiência* partilhada por todos, nascida de situações existenciais concretas; em seguida *compreensões e avaliações* da realidade também *comuns*, que geram *compromissos comuns*, como também *decisões comuns* em vista dos valores comuns aos membros da comunidade. Deste modo uma comunidade nasce e morre na medida em que uma comunidade de experiência, de compreensão, de juízo e de decisão nasce e morre.

Por outro lado, estes componentes não surgem de repente, nem brotam do nada. Pois a comunidade humana se constitui e se compreende sempre no interior de um horizonte cultural transmitido. Habitamos um *mundo social* criado por outros, com sua linguagem, símbolos, papéis e instituições, realizações políticas e econômicas. E só no interior deste horizonte cultural histórico e contextualizado, encaramos, entendemos e avaliamos a realidade. A pessoa de Jesus Cristo inaugura um *novo quadro interpretativo* da realidade que possibilita experiências comuns, compreensões comuns, juízos comuns, compromissos e decisões comuns. Este substrato fundamenta a comunidade eclesial que estará igualmente dotada de linguagem e símbolos *próprios*, de papéis e instituições *peculiares*, de cosmovisões e valores *específicos*. Assim, a Igreja é uma comunidade com *identidade própria* ao lado de outras comunidades humanas. Aqui temos a *dimensão objetiva* da Igreja.

Do ponto de vista institucional haverá uma crise na comunidade eclesial, como em qualquer grupo social, sempre que experiências, compreensões, avaliações e compromissos comuns dos membros não se encontrem devidamente na instituição concreta. Este fato não significa

---

<sup>7</sup> TOMÁS DE AQUINO, *Comentário aos Colossenses* c.I, 1,5: "Fides est sicut fundamentum, ex cuius firmitate tota firmatur ecclesiae structura".

<sup>8</sup> J.A. KOMONCHAK, *Foundations in Ecclesiology*, Boston, 1995, p. 151: "Against the holier abstractions, it is necessary to insist that the Church is not the divine initiative itself, but the human response to God's grace and word".

que a Igreja deva assumir sem exame crítico o que lhe vêm da sociedade, o que seria um erro ainda maior<sup>9</sup>. Porém, como *sacramento* que deve assinalar na sociedade a presença viva do Reino de Deus, a Igreja tem que estar *aggiornada* com a linguagem do tempo e com os desafios da sociedade, também através de ações significativas para uma geração. Outros cenários, outras experiências, outros horizontes socioculturais pedem mudanças na instituição eclesial. Podemos mesmo afirmar que a Igreja se *autoinstitucionaliza* no curso da história<sup>10</sup>. Ou que ela muda para conservar sua identidade e sua finalidade.

Podemos caracterizar como a *dimensão subjetiva* da Igreja aquela que é constituída por seus membros enquanto professam a fé e procuram viver a mensagem evangélica. Estes são pessoas concretas, inseridas em contextos bem determinados, expostas a desafios próprios, confrontadas com outras leituras da realidade. Numa palavra, são seres históricos que respondem a Deus no interior de sua situação existencial e social. Para isso utilizam as representações mentais, as estruturas de pensamento, as categorias sociais, presentes e atuantes em seu contexto sociocultural. Só assim, pela práxis salvífica de seus membros, atualizada e contextualizada, é a Igreja verdadeiramente sacramento da salvação de Jesus Cristo para o mundo. Perder de vista esta verdade pode significar absolutizar o relativo, eternizar o histórico, fixar o provisório, impedir novas configurações eclesiais. E como conseguiria a Igreja transmitir, para seus contemporâneos, o que crê e o que vive? (DV 8). Pois estes últimos devem poder captar e aderir à mensagem salvífica, enquanto realidade viva no seio da comunidade, tornando-se, por sua vez, Igreja. Deste modo podemos dizer que a Igreja gera a si própria cada dia<sup>11</sup>. Realmente o evento da eclesiogênese não se limita ao início histórico do cristianismo e nem ao momento de implantação de uma Igreja Local. Mas também através da comunicação da fé, de pessoa a pessoa, de geração a geração, de lugar a lugar<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> P. HÜNERMANN, *Ekklesiologie im Praesens. Perspektiven*, Münster, 1995, p. 23.

<sup>10</sup> De fato, se consideramos a determinação do cânon escriturístico, a delimitação dos sacramentos e as modalidades do ministério apostólico, vemos que estes elementos constitutivos da Igreja foram concretamente determinados por ela própria, evidentemente sob a ação do Espírito Santo. Ver J. KOMONCHAK, "L'epistemologia della recezione", em: LEGRAND-MANZANARES-GARCIA Y GARCIA (eds.), *Recezione e comunione tra le Chiese. Atti del Colloquio Internazionale di Salamanca (1966)*, Bologna, 1998, p. 208.

<sup>11</sup> BEDA, O VENERÁVEL, "Nam et Ecclesia cotidie gignit Ecclesiam" (PL 93,166d).

<sup>12</sup> S. DIANICH-S. NOCETI, *Trattato sulla Chiesa*, Brescia, 2002, p.445.

A Igreja situada num determinado contexto sociocultural pode ser caracterizada como “Igreja Particular” ou “Igreja Local”, já que o próprio Concílio Vaticano II não oferece uma sistematização e uma terminologia clara. Contudo, opor Igreja Universal a Igreja Particular pode induzir no erro de conceber a universalidade como um elemento extrínseco à Igreja Particular. Deste modo preferimos a expressão *Igreja Local* que abarca dioceses, regionais, Conferências Episcopais e ainda a união de várias Conferências Episcopais de uma mesma região sociocultural<sup>13</sup>. Como toda Igreja Local se encontra inserida num determinado contexto particular, que goza de uma fisionomia própria, ela deve necessariamente estar caracterizada também por esta cultura. Seus elementos constitutivos, responsáveis pela sua identidade teológica, estão nela encarnados. Temos assim o que podemos denominar uma *configuração eclesial*.

O Concílio Vaticano II confirma nossa reflexão quando afirma que a Igreja deve se inserir em todas as diferentes sociedades (AG 15), ou quando declara que a fé deve ter em consideração costumes e tradições, saber e doutrina, artes e sistemas dos povos (AG 22). Nesta linha não podemos deixar de citar integralmente um significativo texto de João Paulo II sobre as experiências específicas dos cristãos nas Igrejas Locais: “Tais experiências específicas dizem respeito seja à Palavra de Deus, que deve ser lida e compreendida à luz dos dados surgidos do próprio caminho existencial; seja à oração litúrgica que deve tomar da respectiva cultura os sinais, os gestos e as palavras que servem à adoração, ao culto e à celebração; seja à reflexão teológica que deve recorrer às categorias mentais de cada cultura; seja, enfim, à própria comunhão eclesial que deita suas raízes na eucaristia, mas que depende, em seu desabrochar concreto, dos condicionamentos histórico-temporais, provenientes da inserção no contexto de um certo país ou de uma determinada parte do mundo”<sup>14</sup>.

Mas não só na expressão e na celebração da fé cristã é a cultura fator importante para a Igreja. Pois esta “tendo uma estrutura social visível...*se enriquece* (a ênfase é nossa) também com a evolução da vida humana social...para conhecê-la mais profundamente, melhor exprimi-la e adaptá-la de modo feliz aos nossos tempos” (GS 44). Observemos que o

---

<sup>13</sup> Ver a discussão em H. LEGRAND, “La réalisation de l’Église en un lieu, em: LAURET-REFOULÉ (eds.), *Initiation à la pratique de la théologie III*, Paris, 1993, p. 157. Na mesma linha DIANICH, *ob. cit.* p.345 nota 134, que menciona ainda outros teólogos inclusive J. Ratzinger.

<sup>14</sup> JOÃO PAULO II, “Alocução à Cúria Romana” (21 | 12 | 1984), AAS 77 (1985) p. 505.

Concílio considera aqui a própria Igreja em sua *dimensão institucional*, pois só assim poderá ela se enraizar profundamente num povo (AG 15). E ao desempenhar seu múnus pastoral na catequese, no culto, nas práticas e na própria organização da comunidade, deixa a Igreja Local melhor transparecer a salvação de Jesus Cristo, a qual vive e anuncia. Portanto, é fundamental que a Igreja Local seja realmente sujeito teológico e cultural em sua missão pelo Reino de Deus.

## II. Igreja Local e Igreja Universal: abordagem teológica

A Igreja Local como Igreja viva, inculturada, verdadeiramente sacramento de salvação para homens e mulheres de um determinado contexto sociocultural, poderia correr o perigo de se fechar em si mesma, de ceder a tentações regionalistas, nacionalistas ou étnicas, sem ter em conta as demais Igrejas Locais. Já se observou que a raiz de muitos cismas históricos se encontra nas diferenças culturais<sup>15</sup>. Mas não podemos negar que existe aqui uma tensão real. Pois o universal da fé cristã não é o universal abstrato do pensamento grego, nem considera a pluralidade como uma perda de perfeição e afastamento descendente da origem. Ele é um universal concreto que se fundamenta na diversidade plural que o constitui e enriquece, à semelhança do pensamento semita e bíblico<sup>16</sup>.

Mas como poderíamos promover o desenvolvimento da Igreja Local inculturada e simultaneamente mantê-la vinculada às demais Igrejas Locais? Como, sem confundir unidade com uniformidade, respeitar a unidade na diversidade que caracteriza a Igreja Católica? É o que examinaremos em seguida.

### 1. Teologia da Igreja Local<sup>17</sup>

Assim a define o Decreto Conciliar *Christus Dominus* (n.11): "Diocese é a porção do Povo de Deus confiada a um Bispo para que a pastoreie em cooperação com o presbitério. Assim esta porção, aderindo ao seu pastor e por ele congregada no Espírito Santo mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitui uma Igreja Particular". Portanto, os elementos que constituem a Igreja Local são os seguintes: ser congregada pelo Pai, mediante a proclamação do Evangelho e a celebração eucarística,

---

<sup>15</sup> H. LEGRAND, "La réalisation de l'Église en un lieu", em: LAURET-REFOULÉ (eds.), *Initiation à la pratique de la théologie III*, Paris, 1993, p. 157. Na mesma linha, J.M. TILLARD, "L'Universel et le Local", *Irenikon* 60 (1988) p. 486.

<sup>16</sup> M. EYT, "Universel rationnel et universel catholique", em: *Théologie et choc des cultures*, Paris, 1984, p. 174.

<sup>17</sup> Ver DIANICH-NOCETT, ob. cit., p. 346-351 com ampla bibliografia.

ser pastoreada pelo bispo num determinado espaço territorial e em comunhão com a Igreja Universal. Toda a iniciativa é do Pai que nos congrega através de Jesus Cristo pela ação do Espírito Santo (1Cor 12,3). Daí resulta uma *comunhão* de todos, com o Pai e o Filho na força do Espírito, base da comunhão entre si (comunhão eclesial), que tem na eucaristia sua expressão sacramental (1Cor 10,16s).

A pregação do Evangelho é um pressuposto necessário, como já observara Paulo (Rm 10,17). De fato a Igreja se constitui pela adesão dos que ouvem a Palavra e a acolhem na fé. Como dizia Santo Agostinho: “Pregaram a palavra de verdade e geraram as Igrejas” (PL 36,508). E presidida pelo bispo que, ao ser sagrado entra para o colégio episcopal que o recebe como seu membro, inserindo a Igreja Local na comunhão das Igrejas como veremos. Enquanto situada num determinado contexto ela deverá assumir a riqueza do mesmo no desempenho de sua missão salvífica, como vimos anteriormente.

## **2. Igreja Local e Igreja Universal: mútuas implicações**

Explicitemos porque a Igreja Local está em comunhão com as demais Igrejas. O conceito de comunhão é central no Concílio Vaticano II, embora carecendo de maior precisão semântica. *Communio* significa primeiramente a união de todos os cristãos com a Santíssima Trindade<sup>18</sup>. Em seguida, a comunhão dos cristãos entre si, já que participam dos mesmos bens salvíficos, tornando visível a comunhão com Deus, especialmente no batismo (Rm 6,3-5) e na eucaristia (1Cor 10,16s).

Assim, podemos e devemos conceber a Igreja Universal como a *comunhão de Igrejas*. A esta conclusão nos leva a afirmação do Concílio Vaticano II que “a Igreja de Jesus Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis”, mesmo que sejam “pequenas e pobres, ou vivendo na dispersão” (LG 26), pois são “formadas à imagem da Igreja Universal, nas quais e pelas quais subsiste a Igreja Católica una e única” (LG 23). O Concílio afirma assim que na Igreja Local “está verdadeiramente presente e ativa a Una, Santa, Católica e Apostólica Igreja de Cristo” (CD 11). Elas não são distintas da Igreja Universal, mas esta última somente existe *nelas e por elas*. Por conseguinte, a Igreja Universal não consiste na soma ou na confederação de Igrejas Locais, que pudessem ser consideradas repartições administrativas da

---

<sup>18</sup> W. KASPER, *Teologia e Chiesa*, Brescia, 1989, p. 287. Uma apresentação mais ampla do tema se encontra em J. WERBICK, *Kirche. Ein ekklesiologischer Entwurf für Studium und Praxis*, Freiburg, 1994, p.317-353.

única Igreja Universal. E a Igreja Local só é Igreja em comunhão com as demais Igrejas (AG 38), sincrônica e diacronicamente considerada.

A Igreja Universal resulta assim da mútua recepção e comunhão das Igrejas Locais. *Ela é a comunhão das Igrejas Locais*<sup>19</sup>. “Formadas à imagem da Igreja Universal” não significa serem constituídas como reprodução de uma Igreja “ideal”, que pudesse existir sem as Igrejas Locais. Significa, isto sim, que a Igreja que resulta da comunhão das Igrejas Locais é idêntica à que se realiza nas Igrejas Locais. Aqui está o fundamento da comunhão das Igrejas. Há, portanto, uma mútua inclusão: *não se pode conceber a Igreja Local sem a Igreja Universal, nem esta última é uma realidade sem as Igrejas Locais*<sup>20</sup>. Este ponto deve ser enfatizado, pois inconscientemente quando pensamos as relações entre as Igrejas Locais e a Igreja Universal, podemos identificar a Igreja Universal com a Igreja de Roma, imaginando uma relação entre periferia e centro, entre bispos e autoridade romana, como se a Igreja de Roma não fosse também uma Igreja Local. Tudo o que afirmamos da Igreja Universal, por exemplo, ser ela sacramento universal de salvação (LG 1), só existe realmente “nas” e “pelas” Igrejas Locais. O bispo de Roma exerce a importante tarefa de zelar pela unidade e pela comunhão das Igrejas Locais, o ministério petrino (LG 18).

A catolicidade eclesial inclui assim todo um patrimônio religioso e cultural<sup>21</sup>. Por isso não devemos pensar a unidade e a catolicidade da Igreja como idênticas. Neste caso, a catolicidade apenas acrescentaria à unidade uma multiplicidade de localizações. Mas, como os elementos que constituem a unidade só existem “localizados”, “contextualizados”, a saber, nas Igrejas Locais, e como a Igreja Católica só existe “nelas e por elas”, são estas Igrejas Locais com suas respectivas riquezas que conferem a toda a Igreja a nota de catolicidade. Aliás, uma catolicidade dinâmica, pois as concretas condições de vida do ser humano mudam, as culturas sofrem transformações e as próprias Igrejas Locais novas configurações para prosseguir sua missão salvífica.

---

<sup>19</sup> J. KOMONCHAK, “The Significance of Vatican Council II for Ecclesiology”, em: P. PHAN (ed.), *The Gift of the Church*, Collegeville, 2000, p.82.

<sup>20</sup> “De fato entre as Igrejas particulares individuais existe uma relação ontológica de mútua inclusão: cada Igreja particular, enquanto realização da única Igreja de Cristo, está de certo modo presente em todas as Igrejas particulares, nas quais e pelas quais existe a Igreja Católica una e única” (JOÃO PAULO II, “Alocução à Cúria Romana”, AAS 77 (1985), p. 506).

<sup>21</sup> H. LEGRAND, “Églises Locales, Églises Régionales et Église Entière. Éclaircissements sur quelques débats au sein de l’Église Catholique depuis Vatican II”, em: M. DENEKEN (ed.), *L’Église à venir. Mélanges offerts à Joseph Hoffmann*, Paris, 1999, p. 298s.

Observe-se ainda que o bispo não é o pastor de uma Igreja Local antes de ser membro do colégio dos bispos, e nem vice-versa. Deste modo ele mediatiza a Igreja Local com a Igreja Universal e esta com aquela. Nele estão presentes as duas dimensões da Igreja: particularidade e universalidade, localidade e catolicidade. Daí a responsabilidade de cada bispo também pelas outras Igrejas (AG 38), concretizada pela colaboração mútua e o afeto colegial (LG 23). Portanto, a comunhão dos bispos, sua colegialidade, é princípio fundamental da comunhão das Igrejas. Esta comunhão é presidida pelo bispo de Roma como mediação institucional da comunhão das Igrejas Locais, e não da Igreja Local com a Igreja Universal, imaginada como que pairando acima das Igrejas Locais. Esta eclesiologia deve agora ser confrontada com o atual fenômeno, conhecido como “globalização”. Deveremos examinar o que ele implica para uma configuração eclesial adequada à sociedade na qual hoje vivemos.

### **III. A Igreja numa sociedade globalizada**

#### **1. A globalização como fenômeno cultural**

Não pretendemos aqui oferecer uma apresentação exaustiva do que seja a globalização, nem entraremos nas discussões em curso sobre este fenômeno dos nossos dias<sup>22</sup>. Mencionaremos apenas pontos que incidam diretamente com o nosso tema de fundo. Trata-se sem dúvida de algo *novo* na história da humanidade, chamado por alguns de “civilização planetária”, por atingir todos os seres humanos, todas as culturas, todas as sociedades, ainda que desigualmente. Aconteceu uma mudança do quadro interpretativo, em cujo interior gozávamos de uma visão da realidade e de uma orientação para agir. No futuro as culturas e as sociedades não mais podem ignorar as demais, com as quais interagem e das quais dependem. Mesmo reconhecendo que historicamente a ideologia liberal tenha sido um dos motores da globalização e que o fator econômico teve aqui grande papel, não podemos identificar sem mais globalização com neoliberalismo planetário<sup>23</sup>. Pois o progresso

---

<sup>22</sup> Uma boa síntese (com ampla bibliografia em língua inglesa) nos oferece R.H. BLIESE, art. “Globalization” em: MUELLER-SUNDERMEIER-BEVANS-BLIESE (ed.), *Dictionary of Mission*, New York, 1997, p. 172-178. Em língua francesa ver a publicação de “Justiça e Paz da França”, *Maîtriser la mondialisation*, Paris, 1999.

<sup>23</sup> Alguns distinguem entre globalização e globalidade, outros entre globalização e mundialização. O segundo termo apenas expressaria a proximidade inédita das culturas e das sociedades hoje, sem conotação ideológica.

tecnológico proporcionou novos meios de locomoção e de comunicação que também motivaram este fenômeno.

Os autores apontam nele dois elementos. O primeiro diz respeito à *compressão* do espaço e do tempo. De certo modo hoje somos todos vizinhos e contemporâneos uns dos outros. O outro diz respeito à nova consciência daí resultante. Não lidamos só com a consciência dos indivíduos, das sociedades particulares, das relações entre tais sociedades. Pois se trata de uma *consciência do mundo como comunidade* de seres humanos<sup>24</sup>. O desafio ecológico, as desigualdades sociais como fonte de violência, a internacionalização do direito, a interdependência econômica, a ameaça de uma guerra planetária são fatores que demonstram termos todos um destino comum. Portanto, devemos pensar globalmente daqui para o futuro. Já se observou que a compressão do espaço relativiza um contexto enquanto limitado a um território, pois as fronteiras hoje são mais de cunho cultural, são fronteiras de diferença, as quais podem ser acentuadas ou mescladas com outras<sup>25</sup>.

Observa-se hoje também que a cultura globalizada não destrói e massifica sem mais as culturas locais. Ela consiste mais em “fluxos culturais” presentes no bojo das novas tecnologias ou propagados pela indústria do consumo. Não acontece assim uma oposição frontal entre o global e o local, mas certa *complementaridade*, já que o global é sempre acolhido no interior do particular, que o modifica. Por seu lado o local não pode mais se compreender prescindindo completamente do global. Portanto globalização não significa total homogeneização, mas um universal que se constitui também pelos particulares<sup>26</sup>. Sem dúvida alguma, no passado, a globalização se deu através da cultura ocidental européia imposta ao resto do mundo pela política colonialista. Uma cultura caracterizada por um universalismo de *conhecimento*, através da razão voltada para toda a realidade a ser conhecida; por um universalismo de *poder* fundada numa consciência de superioridade frente aos demais povos; por um universalismo *ético*, fruto do cristianismo e da razão, exportado mundo afora, embora não sem tensões fortes entre os mesmos<sup>27</sup>. Naturalmente foram as sociedades tradicionais não ocidentais as que mais sofreram com esta invasão cultural. Pois tiveram que assimilar padrões políticos (democracia), econômicos

---

<sup>24</sup> R. ROBERTSON, “Religion and the Global Field”, *Social Compass* 41 (1994) p.129.

<sup>25</sup> R.J. SCHREITER, *A nova catolicidade. A teologia entre o global e o local*, S.Paulo, 1998, p. 29s.

<sup>26</sup> R. ROBERTSON, *Globalização. Teoria social e cultura global*, Petrópolis, 2000, p. 246-268.

<sup>27</sup> *Maîtriser la mondialisation*, p. 61.

(economia de mercado), socioculturais (sociedade de mudança, urbana, secularizada), sem ter vivido os processos anteriores como se deram na Europa. O mesmo aconteceu no campo religioso<sup>28</sup>.

Este novo quadro sociocultural não deixa de suscitar sérias questões para a Igreja. Sua missão evangelizadora e seu empenho na promoção do Reino de Deus sempre se realizaram através de uma cultura, preponderantemente a cultura européia. Com isto era entendida em sua proclamação e seguida em sua ética. Hoje constatamos uma pluralidade de culturas envolvidas numa hipercultura global, que as torna próximas e relativas, trazendo instabilidade e provocando animosidade. Como evangelizar numa pluralidade de culturas?<sup>29</sup> Como fica a inevitável inculturação da fé numa cultura local atingida pela cultura global (glocal)<sup>30</sup> E o que diz esta nova situação mundial para uma configuração institucional da Igreja?

## **2. Globalização ou expansionismo europeu no passado da Igreja?**

A formação histórica da Europa enquanto unidade político-cultural consciente de sua identidade se deu juntamente com a constituição do que chamamos de *crístandade*. Esta resultou da união da fé cristã com a cultura romano-germânica, gerando uma realidade social, política, econômica e institucional que repelia elementos estranhos ou não assimiláveis. Como havia a convicção de ser a realização mais acabada de sociedade cristã, a ação evangelizadora para além de suas fronteiras consistirá em *implantar* tal modelo, levando não só a luz de Cristo, mas também o estilo de vida europeu<sup>31</sup>. Já no século XI a *crístandade* vê naquilo que lhe faz oposição o poder do mal agindo no interior da história e do mundo político, embora esta “cristianização” não passasse de um cânon moral por todos aceito, sem consistir numa verdadeira evangelização<sup>32</sup>.

O período áureo europeu teve lugar nos séculos XV e XVI quando surgiram importantes fatos sociais: humanismo, consciência nacional, mercado comercial e financeiro, revolução tecnológica, expansão missionária, embora às custas dos outros povos alienados de sua cultura

---

<sup>28</sup> J.A. ESTRADA, “Comunión y colegialidad en la Iglesia en una época de tensiones y globalización”, *Proyección* 49 (2002) p. 136.

<sup>29</sup> A. DULLES, *The Catholicity of the Church*, New York, 1987, p. 174.

<sup>30</sup> SCHREITER, p. 14.

<sup>31</sup> G. ALBERIGO, “L’ Europe et les autres continents”, em: P. HÜNERMANN (dir.), *La nouvelle Europe*, Paris, 1994, p.70s.

<sup>32</sup> J. DELUMEAU, *Le christianisme va-t-il mourir?*, Paris, 1977.

e de sua identidade. Ao lado de uma só Igreja verdadeira, uma só cultura autêntica. Daí a consciência de superioridade da racionalidade européia que, mesmo com as descobertas de novos mundos, não saiu de seu eurocentrismo. De fato, nesta época a Europa só exporta, quase nada importando dos povos não europeus, já que tinha como ideal a europeização destes povos. Juntamente com o domínio cultural e militar, houve também a submissão ao sistema econômico liberal que explorou e submeteu estes povos. E nesta empresa expansionista não estava ausente a Igreja, apesar da reforma e da revolução francesa. Somente com a resistência dos Estados Unidos a se submeter começa a crise do eurocentrismo, que seria agravada por duas guerras mundiais<sup>33</sup>.

Para a Igreja a ação missionária significou também a exportação do modelo romano para os demais continentes. O segundo milênio abandona a eclesiologia sinodal das Igrejas Locais em favor de uma centralização em torno da figura monárquica pontifícia, dotada de soberania absoluta, aparecendo como um bispo universal de toda a Igreja. Este modelo foi consolidado pela contra-reforma e chegou a seu apogeu no Concílio Vaticano I. Deste modo o modelo eclesial da metrópole foi exportado para as colônias, impedindo a implantação de Igrejas inculturadas. Confundia-se então unidade da Igreja com uniformidade.

Neste ponto nasce então a questão: o que aconteceu no passado invalida de antemão que as expressões cristãs da Igreja ocidental possam ser acolhidas por outras Igrejas? Já se observou que a pretensão de universalidade inerente à fé cristã, já que destinada a toda humanidade, a fez buscar um substrato cultural não nas religiões, mas na filosofia grega, instância crítica destas religiões e âmbito próprio da questão da verdade e, portanto, da universalidade de enunciados, religiosos ou não<sup>34</sup>. Deste modo conserva o patrimônio ocidental um valor significativo por ter sido veículo desta *universalidade*, já que para a fé cristã Jesus Cristo é a verdade última da humanidade, do universo e da história. Note-se igualmente que esta helenização do cristianismo foi sempre acompanhada por uma cristianização do helenismo, desempenhando a fé uma função crítica frente à herança greco-latina e gerando mesmo na cultura ocidental ideais e realidades, de raiz cristã, e que não devem ser abandonados, como as noções de pessoa, de liberdade, de direitos humanos, componentes valiosos da nossa atual cultura. Observe-se, entretanto, que o cristianismo

---

<sup>33</sup> ALBERIGO, art. cit. p.74-80.

<sup>34</sup> J. RATZINGER, "Glaube, Wahrheit und Kultur", *Internationale katholische Zeitschrift Communio* 28 (1999) p. 295.

ocidental está sujeito, como qualquer outra expressão cultural da fé cristã, ao contínuo processo de auto-aperfeiçoamento e de auto-transcendência, processo este movido pela própria fé ou pelo diálogo com outras culturas. Contudo não podemos deixar de mencionar que o relacionamento cultural entre os países do hemisfério norte e os do hemisfério sul é assimétrico, pois o poder e as riquezas dos primeiros desequilibram um diálogo que deveria ser mais equitativo.

### **3. A catolicidade num mundo globalizado**

Na tradição a noção de catolicidade evoluiu de uma compreensão qualitativa, que afirmava a *verdadeira* Igreja, para uma outra de cunho mais quantitativo, que implicava sua expansão territorial<sup>35</sup>. No fundo ambas as concepções se exigem mutuamente, são indissociáveis<sup>36</sup>. A difusão em territórios diversos traz consigo *também* a constituição de Igrejas em contextos socioculturais diversos. Portanto, a catolicidade não significa apenas Igrejas completamente semelhantes em territórios diferentes, mas sim Igrejas peculiares pelo modo próprio como seus membros acolhem e vivem a Palavra de Deus. Deste modo o que caracteriza uma Igreja Local não se esgota em seus elementos propriamente teológicos, já mencionados anteriormente, mas implica igualmente *como* tais elementos são *configurados* e expressos num determinado contexto sociocultural. Com outras palavras, *como* as experiências salvíficas acontecem *concretamente* nesta Igreja Local.

Já vimos que do ponto de vista *teológico* há uma inclusão mútua, uma pericorese à semelhança da Trindade, da Igreja Universal e das Igrejas Locais, pois o que faz a Igreja Universal, Igreja, é o mesmo que faz cada Igreja Local, Igreja. E esta pericorese se dá mais propriamente nas Igrejas Locais entre si. Neste ponto devemos avançar mais e examinar a *base antropológica* da Igreja Local<sup>37</sup>. Observemos primeiramente que cada Igreja Local em sua peculiaridade contextual está em comunhão com as demais Igrejas Locais também com suas respectivas especificidades culturais. A diversidade não rompe a unidade, mas enriquece a catolicidade. E se temos presente que a Igreja Universal só existe nas e a

---

<sup>35</sup> Y. CONGAR, "Propriedades essenciais da Igreja", em: J.FEINER-M.LÖHRER (ed.), *Mysterium Salutis IV*\3, Petrópolis, 1976, p. 109-117.

<sup>36</sup> *Ibid.* p. 124s.

<sup>37</sup> Ver J. KOMONCHAK, "La Iglesia Local y la Iglesia Católica" em: LEGRAND-MANZANARES-GARCIA Y GARCIA (ed.), *Iglesias Locales y Catolicidad*, Salamanca, 1992, p. 585-589.

partir das Igrejas Locais, podemos afirmar que sua catolicidade se realiza de fato através das *particularidades* das Igrejas Locais.

As Igrejas Locais devem estar abertas e em diálogo umas com as outras. Pois são constituídas pelos mesmos elementos teológicos que fazem delas realmente Igrejas de Jesus Cristo. Portanto as experiências salvíficas, as expressões e práticas específicas de cada Igreja Local *interpelam e são interpeladas* pelas experiências salvíficas, expressões e práticas das demais. Se o contexto sociocultural for marcado pela pobreza ou pela afluência, pela religiosidade ou pela secularização, pela unidade ou pela pluralidade religiosa, a Igreja Local viverá diversamente sua fé através de expressões e de compromissos históricos concretos. Tais configurações eclesiais locais não só são necessárias para que a Igreja seja de fato Igreja, isto é, sacramento da *salvação* para o mundo, mas ainda constituem a *rica diversidade* da Igreja una e católica. Uma diversidade não estática, mas *dinâmica* pelo intercâmbio constante das Igrejas Locais umas com as outras.

Deveria ser enfatizada uma maior *interação* das Igrejas Locais entre si, a começar pelas que pertencem à mesma circunscrição eclesiástica, ao mesmo país, ao mesmo continente. Assim e só assim os sucessos e as dificuldades de umas serão conhecidas, assumidas e ajudadas pelas demais. Assim e só assim se realizará uma autêntica comunhão eclesial. Assim e só assim a universalidade (catolicidade) da Igreja atingirá de fato as numerosas situações existenciais, sociais e culturais em que vive o ser humano. Promover tal diálogo e interação, cuidar para que as diversas configurações possam ser acolhidas pelas demais, intervir quando a comunhão for ameaçada, aqui estaria o múnus próprio da Igreja de Roma e do ministério petrino.

Para isso faz-se mister que as Igrejas Locais tenham consciência de sua *responsabilidade* com relação à porção do Povo de Deus que Ihes foi confiada. Se de um lado devem saber ousar quando estiver em jogo a salvação de homens e mulheres, de outro, devem sempre manter a comunhão com as outras e se deixar por elas interpelar. Sua autonomia diante de contextos e desafios particulares se fundamenta no *princípio de subsidiaridade* que, bem entendido, de modo algum nega a estrutura hierárquica da Igreja, mas apenas reafirma o respeito pela pessoa

humana, por sua liberdade e maioria, negadas por uma centralização e uniformização conseguida através do poder e da coerção externa<sup>38</sup>.

Naturalmente também se impõe uma verdadeira *educação* de toda a Igreja para que esta unidade na pluralidade possa ser acolhida e vivida sem sobressaltos ou críticas infundadas. De fato, ao contrário do que se passou no primeiro milênio do cristianismo, o segundo milênio, devido a fortes razões históricas, reduziu muitas vezes a unidade à uniformidade<sup>39</sup>, de tal modo que ainda hoje muitos ficam chocados quando esta uniformidade é questionada. Teríamos que saber acolher ênfases, compreensões, práticas da fé cristã diferentes das nossas, mas nem por isso menos cristãs.

Embora nossa reflexão tenha considerado a globalização apenas em sua vertente cultural, não desconhecemos que a globalização mais forte e contundente se dá na área *econômica*. O desequilíbrio que tal fenômeno está acarretando no planeta já é por todos nós, de algum modo, conhecido, experimentado e sofrido. Estas conseqüências se fazem sentir de modo ainda mais brutal e dramático no hemisfério sul entre as nações mais pobres. Entretanto, hoje nos choca mais ainda a insensibilidade manifestada pelas autoridades responsáveis das nações mais ricas e poderosas, aumentando ainda mais a distância entre os afluentes e os miseráveis.

A fé cristã tem seu núcleo no fato de que Deus é amor e de que só no amor o conhecemos e alcançamos a salvação<sup>40</sup>. Ao confessar Jesus Cristo como revelação definitiva deste Deus e salvador da humanidade, ela apresenta uma pretensão universal, da qual não pode abdicar, sob pena de perder sua identidade. Mas a vida e a mensagem de Jesus Cristo testemunham que a verdade última do ser humano é exatamente o amor. Esta verdade goza de uma universalidade que não discrimina, não oprime, não limita. Portanto pode ser proclamada para todos, sensibilizando a todos pela situação sofrida dos mais pobres<sup>41</sup>. A finalidade última da Igreja é trabalhar pela difusão deste amor no mundo, pela comunhão dos seres humanos com Deus para que estejam em comunhão entre si. É, portanto, promover uma sociedade solidária marcada pela paz e pela justiça.

---

<sup>38</sup> W. KASPER, "Der Geheimnischarakter hebt den Sozialcharakter nicht auf. Zur Geltung der Subsidiaritätsprinzips in der Kirche", *Herder-Korrespondenz* 41 (1987) p. 232-236.

<sup>39</sup> Y. CONGAR, *Diversités et communion*, Paris, 1982.

<sup>40</sup> BENTO XVI, *Deus Caritas est* 1.

<sup>41</sup> M. de FRANÇA MIRANDA, *A Igreja numa sociedade fragmentada*, S. Paulo, 2006, p.315-332.

A Igreja não pode ignorar a atual situação do mundo e menos ainda se omitir na construção do futuro da humanidade. Vivemos um período globalizado da história. Paz, justiça, dignidade humana, solidariedade, política ecológica, tudo isso sem o qual a vida humana pode se tornar insuportável, como nunca depende do compromisso de todos. E a Igreja goza de uma situação única nesta tarefa, por ser uma mesma realidade presente em muitos e diversos países. De fato, a interação entre as Igrejas Locais efetivará uma troca de conhecimentos e de experiências entre Igrejas situadas em contextos socioculturais e econômicos bem diversos, que acabará por sensibilizar os cristãos para o compromisso com seus irmãos mais desfavorecidos. Trata-se da *globalização da solidariedade* que não se limita apenas ao interior da Igreja Universal, mas que deve incidir na própria política dos respectivos países. Assim, a Igreja pelo fato de ser o que é, pode contribuir fortemente para a “governabilidade” do planeta<sup>42</sup>.

*\*Prof. Dr. Pe. Mário de França Miranda SJ*

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma), Professor de teologia sistemática na PUC-Rio. Entre suas publicações: *A Igreja numa sociedade fragmentada*, Loyola, SP, 2006; *A salvação de Jesus Cristo, a doutrina da graça*, Loyola, SP, 2004; *Aparecida a hora da América Latina*, Paulinas, SP, 2006.

---

<sup>42</sup> I. CAMACHO, “Globalización y gobernalidad: algunas propuestas recientes sobre la creación de un sistema de gobierno global”, *Proyección* 49 (2002) p. 60-81.